1

# A Assembleia de Minas na ditadura militar



DOI: 10.62551/2595-4539.2026.541

Valentina Gomes Somarriba[1]

**Resumo:** Quase todas as casas legislativas continuaram abertas durante a vigência do regime militar no Brasil (1964-1985), dado que o governo pretendia manter uma fachada de normalidade democrática. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais apoiou entusiasticamente o golpe civil-militar de 1964 e assumiu, em um primeiro momento, uma postura subserviente ao regime. Com o tempo, porém, foram se instaurando tensões entre a Casa e os militares. À medida que o regime se tornava mais autoritário, o Legislativo tinha suas competências progressivamente subtraídas, sofrendo interferências externas cada vez maiores. Em resposta, vários deputados – e não somente da oposição – passaram a enfrentar o governo para manter a Assembleia aberta e funcionando com o mínimo de autonomia. O presente artigo busca reconstruir esses embates, mostrando como os militares menosprezavam o Poder Legislativo e como manter a Assembleia de Minas aberta naqueles anos não foi tarefa fácil.

**Palavras-chave:** Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Ditadura militar. Golpe de 1964. Poder Legislativo.

***Abstract:*** *Almost all legislative houses remained open during the military regime in Brazil (1964-1985), as the government sought to maintain a facade of democratic normality. The Minas Gerais State Legislative Assembly enthusiastically supported the 1964 civil-military coup and initially assumed a subservient stance to the regime. Over time, however, tensions developed between the Minas Gerais State Assembly and the military. As the regime became more authoritarian,*

1 Doutora em Ciências Humanas – Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e historiadora da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). E-mail: valentina.somarriba@almg.gov.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3061881292528548

*the Legislative branch saw its powers progressively stripped away, suffering increasing external interference. In response, several representatives – not only from the opposition – confronted the government to keep the Assembly open and functioning with a minimum of autonomy. This article seeks to reconstruct these clashes, showing how the military disregarded the Legislative Branch and how keeping the Minas Gerais State Assembly open during those years was no easy task.*

***Keywords:*** *Minas Gerais State Legislative Assembly. Military dictatorship. 1964 coup d'état. Legislative Branch.*

## 1 – Introdução

A pesquisa sobre a atuação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais durante os governos militares revela que a Casa não só permaneceu aberta durante todo o período – ao contrário de outras que foram temporariamente fechadas pelo regime, como as de São Paulo, da Paraíba, do Rio de Janeiro e de Pernambuco – como também foi a primeira a ter deputados cassados e a única a cassá-los por iniciativa própria, por acusação de subversão (Cipriani, 2014). Esses acontecimentos podem levar à percepção de que o Parlamento Mineiro esteve sempre 100% alinhado ao regime militar. Isso, entretanto, não foi o que ocorreu. O presente artigo busca analisar a atuação da Assembleia de Minas durante o regime de 1964, tendo como objetivo justamente mostrar que o relacionamento da Casa com os governos da época, longe da aparente subserviência constante, em muitos momentos foi marcado por tensões, luta política e resistência dos deputados às pressões infindáveis dos militares.

Explicitar esses embates entre os Poderes Executivo e Legislativo naqueles anos é de suma importância por dois motivos, principalmente. O primeiro é resgatar e valorizar a luta política ocorrida dentro do Parlamento Mineiro, a coragem dos deputados em defender a autonomia da Casa e a separação dos Poderes contra as investidas de um regime truculento e autoritário. A segunda é evidenciar o pouquíssimo apreço pelo Poder Legislativo por parte dos militares que usurparam o poder e comandaram o Brasil entre 1964 e 1985.

Debater esse assunto se faz ainda mais importante diante da tentativa de golpe de Estado por meio de uma intervenção militar, ocorrida tão recentemente, em 2022/2023, que resultou na condenação de 19 militares por atentado contra a democracia brasileira, incluindo o ex-presidente e militar reformado Jair Bolsonaro, líder da conspiração (Leventhal; Guimarães, 2025). Essa tentativa de golpe revela que, longe de ser um assunto do passado já superado, o pouco apreço de grande parte dos militares pela democracia e suas instituições (o Parlamento incluído) continua a ser uma ameaça à democracia brasileira.

Para resgatar a luta política dos parlamentares mineiros a favor da democracia e da autonomia da Assembleia, fizemos uma ampla revisão e análise da bibliografia sobre o assunto. Foi de suma importância, nesse sentido, o livro *Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo Mineiro*, de Maria Auxiliadora de Faria e Otávio Soares Dulci. Também recorremos a algumas fontes primárias, como processos de cassação de deputados da Assembleia de Minas, a artigos de jornais e de revistas acadêmicas e ao vasto material produzido pela Comissão da Verdade, entre outras fontes.

O presente artigo se estrutura da seguinte forma: primeiro, abordaremos a questão mais geral da conspiração golpista, especialmente a retórica do medo do comunismo, e o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart. Depois, passaremos à atuação da Assembleia de Minas, mostrando o quanto a Casa estava, de forma geral, tomada pela retórica anticomunista e alinhada aos golpistas, em 1964, chegando inclusive a cassar três de seus deputados logo após o golpe. A seguir, trataremos do fim da "lua de mel" do Parlamento Mineiro com o regime – visível nas várias cassações de deputados por meio de atos institucionais –, da atuação combativa e crítica dos parlamentares do MDB ao regime e do esforço empreendido pelos presidentes da Casa para mantê-la aberta, num contexto de repressão cada vez maior. Por fim, abordaremos o caso Jorge Defensor – o espancamento de um trabalhador pela Polícia Civil de Minas Gerais, que culminou na abertura de uma comissão de sindicância na Assembleia – e o engajamento dos parlamentares da Casa na luta pela anistia.

## 2 – A conspiração golpista

Ao contrário do regime do Estado Novo (1937-1945), que era abertamente autoritário e ditatorial, o regime militar instaurado no Brasil, em 1964, buscou manter uma fachada democrática (Vasconcelos, 2013). Na época da ditadura de Getúlio Vargas, nos anos 1930 e 1940, a democracia estava em crise no mundo e o fascismo avançava pela Europa como uma alternativa viável e sedutora. Na década de 1960, o cenário era outro: a democracia já era um valor consolidado, e uma ditadura que se assumisse como tal não seria bem-vista. Por isso, o argumento utilizado pelos militares e civis que depuseram o presidente democraticamente eleito João Goulart foi o da defesa da democracia. Ou seja, o objetivo do golpe, segundo essa retórica falaciosa, não era instaurar uma ditadura, um regime autoritário, de exceção, mas, ao contrário, salvar a democracia e a ordem legal (Patrus, 2024).

A ameaça à democracia vinha, segundo esse argumento, do comunismo. A questão é que não havia realmente nenhuma ameaça comunista no País, como explica o historiador Carlos Fico em entrevista ao jornalista Carlos Madeiro. Em primeiro lugar, porque João Goulart, o Jango, vice-presidente que assumiu o governo em 1961, depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, nunca foi comunista – o que seu governo buscou foi implementar algumas reformas necessárias ao desenvolvimento econômico e social do Brasil, as chamadas "Reformas de Base" (Madeiro, 2019).

Em segundo lugar, porque os verdadeiros comunistas se restringiam aos poucos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a integrantes de grupos como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), que nem de longe constituíam uma "ameaça", pois eram frágeis, desorganizados e tinham pouquíssima força política (Madeiro, 2019). É verdade que as ações armadas da esquerda revolucionária aumentaram após o golpe de 1964, em resposta à ditadura instaurada, mas, ainda assim, como afirma Fico na entrevista a Madeiro, elas foram escassas e pouco relevantes. Embora muito se fale até hoje do "terrorismo" da

esquerda, a verdade é que suas poucas ações armadas foram reprimidas de forma rápida e brutal pela ditadura. Havia, afinal, um enorme desequilíbrio de forças entre os militares no governo, com seu aparato repressivo, e os movimentos desarticulados da esquerda (Madeiro, 2019).

Por fim, ainda que houvesse uma revolução comunista sendo planejada, ela precisaria de recursos bélicos e apoio popular, e os poucos grupos comunistas da época não tinham nem uma coisa nem outra. Na verdade, a maioria da população nutria um forte sentimento anticomunista, muito relacionado ao contexto mundial da Guerra Fria, como afirma o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2019), em entrevista ao jornalista Thiago Domenici.

Internamente, esse sentimento foi insuflado por uma retórica anticomunista muito bem construída. Os meios de comunicação tiveram papel importante na construção desse imaginário que associava o comunismo ao mal, como mostra a historiadora Suelen Campos, segundo artigo da jornalista Ivanir Ferreira (2023). Durante a conspiração golpista e os primeiros anos do regime, a imprensa brasileira – especialmente os jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *O Globo* – contribuiu para a disseminação de narrativas anticomunistas, criando um inimigo fictício da nação e alimentando a atmosfera de medo que favoreceu o golpe e a ditadura.

## 3 – O golpe de Estado de 1964

A ameaça de golpe de Estado já pairava no País em 1950, quando Getúlio Vargas foi eleito presidente e o partido de oposição, a União Democrática Nacional (UDN), e setores militares não aceitaram sua vitória e buscaram subverter as regras do jogo eleitoral. A mesma situação se repetiu com a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955, e com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961 (Dulci, 1986). Nessa última ocasião, os golpistas buscaram impedir a posse de Jango, mas as conspirações golpistas falharam e ele assumiu a Presidência. Seu governo, porém, foi marcado por uma radicalização extrema de todos

os atores políticos, o que levou a uma grave crise de paralisia decisória – entendida como a incapacidade do sistema político de produzir decisões – e a uma grande instabilidade (Delgado, 2010).

Jango tinha como principal plataforma de governo as Reformas de Base, um conjunto de reformas administrativa, universitária, bancária, eleitoral, fiscal e agrária. Entre essas, a reforma agrária foi a que gerou maior polêmica e resistência, tanto nas casas legislativas quanto na elite econômica. Por meio dela, o governo buscava enfrentar graves problemas, numa época em que mais de 40% da população vivia no campo: a massa dos trabalhadores rurais vivia em situação de grande pobreza, a produção agrícola não era suficiente para atender ao mercado interno e as grandes propriedades improdutivas ocupavam parte substancial da área rural (Gonçalves Júnior, 2014). Mas não houve negociação possível, e o Congresso Nacional inviabilizou o projeto de reforma agrária do governo. Naqueles anos, democracia e reforma pareciam ser inconciliáveis (Figueiredo, 1993).

Em 13 de março de 1964, percebendo ser impossível o diálogo com o Congresso, Jango anunciou, em um grande comício, um decreto que permitia a desapropriação de terras para reforma agrária na faixa de 10 km às margens de rodovias, ferrovias, açudes e barragens. O discurso do presidente inflamou bastante a oposição, e o golpismo voltou a ameaçar a democracia brasileira mais do que nunca (Costa, 2024). Em 31 de março, o golpe de Estado foi colocado em marcha, tendo contado, internamente, com o apoio de parlamentares, latifundiários, empresários, grande imprensa e Igreja Católica. João Goulart foi deposto, e o marechal Castello Branco assumiu o poder, dando início à ditadura militar, que duraria 21 anos (Dulci, 1986). O governador de Minas Gerais à época, Magalhães Pinto, foi um dos principais líderes civis e articuladores do golpe, que contou com o apoio da ampla maioria dos deputados estaduais mineiros (Faria; Dulci, 2005).

## 4 – O anticomunismo na Assembleia

No Parlamento Mineiro, observava-se, como afirmam Faria e Dulci (2005), uma defesa muito forte dos deputados ao direito de propriedade, considerado inviolável. Esse era o sentimento pessoal de um grande número de parlamentares, oriundos da elite agrária, proprietários de terras e expoentes de associações de produtores rurais. Discursos relacionando a reforma agrária e o perigo de uma revolução comunista se tornaram frequentes na Casa, e a maioria maciça da Assembleia adotou a retórica da ameaça comunista, posicionando-se contra o governo federal e seus propósitos reformistas (Faria; Dulci, 2005).

Eram poucos os deputados que se colocavam a favor de uma reforma de cunho nacionalista popular e do desenvolvimento econômico voltado para uma maior distribuição de renda. A grande maioria se opunha a qualquer tipo de reforma social mais aprofundada, sentindo-se ameaçada pelos movimentos sociais e defendendo a manutenção da estrutura agrária no País (Faria; Dulci, 2005). Luiz Fernandes Assis selecionou trechos dos debates parlamentares da época que mostram o clima na Casa. Em fevereiro de 1964, o deputado Waldomiro Lobo, que incoerentemente era do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o mesmo do presidente João Goulart, fez um discurso alarmista e fantasioso sobre um suposto perigo comunista boliviano, afirmando: "Vemos [...] que o perigo comunista está encostado em nossa Pátria. Vamos pensar menos no comunismo cubano e no comunismo russo e dar mais atenção ao comunismo boliviano" (Assis, 1998, p.151).

O deputado Aníbal Teixeira, do Partido de Representação Popular (PRP), acusou o presidente João Goulart de agitar, servir ao Partido Comunista e buscar acabar com a soberania nacional (Assis, 1998). Já o deputado Artur Fagundes, do Partido Republicano (PR), afirmou: "existe uma preocupação maior com a opção do povo brasileiro, dividido entre a manutenção do regime democrático e o advento do comunismo materialista em nossa Pátria" (Assis, 1998, p.164). O deputado Wilson Modesto, do PTB, aliado do presidente João Goulart, resumiu bem a situa-

ção na Casa: "A grande tese que levantam é assustar o povo brasileiro com o ´bicho papão´ do comunismo. Tudo é comunismo. Comunismo se tornou panaceia" (Assis, 1998, p.167).

## 5 – Os deputados cassados em 1964

Para sacramentar o apoio ao golpe e ao novo regime instaurado, a Assembleia de Minas chegou ao extremo de, em 8 de abril, cassar o mandato de três de seus deputados, acusados de quebra do decoro parlamentar por serem subversivos e comunistas (Moraes, 2014). Sinval Bambirra, Clodesmidt Riani e Gomes Pimenta (Dazinho) foram os primeiros parlamentares cassados no Brasil durante o regime militar e os únicos cassados por iniciativa de seus próprios pares (Minas Gerais, 2005).

Eleitos com outros 79 deputados para a 5ª Legislatura (1963-1967), eles eram líderes sindicais de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Nova Lima, respectivamente. Os três estavam em seus primeiros mandatos – os dois primeiros eram do PTB, partido do presidente deposto João Goulart, e o terceiro era do Partido Democrata Cristão (PDC). Eles eram operários, tinham origem humilde, defendiam as reformas de base e um projeto econômico desenvolvimentista e nacionalista para o Brasil (Delgado, 2008). Na Assembleia daquela época, destoavam completamente dos demais parlamentares e, por isso, sempre foram excluídos e discriminados por seus pares, que se sentiam incomodados com a presença deles no Parlamento, como afirma Lucília de Almeida Neves Delgado:

> Sua origem operária era uma excrescência em relação à tradição da política nacional, e principalmente mineira, estruturalmente marcada por um atávico conservadorismo. Representava também um marco de renovação. Renovação integrante às características de uma conjuntura na qual a sociedade civil ganhava força política e redimensionava sua participação no terreno da política (Delgado, 2008, p.24).

Na verdade, seus "crimes" eram ser operários, líderes sindicais e ter uma posição política contrária ao golpe de Estado

de 1964. Mas o argumento dos mais de 60 deputados que assinaram o requerimento pedindo a cassação dos três era de que eles eram "legítimos representantes (na Assembleia) do Partido Comunista Brasileiro", que, naquela época, estava na ilegalidade (Minas Gerais, 2005).

Os 75 deputados presentes na reunião extraordinária secreta que decidiu o destino de Bambirra, Riani e Dazinho votaram pela cassação. Nenhum votou contra (Cipriani, 2014). Os três deputados já haviam sido presos antes mesmo de serem cassados e, portanto, mal puderam se defender. Os dois primeiros sofreram espancamentos brutais que deixaram sequelas permanentes, físicas e psicológicas. Bambirra foi obrigado a partir para o exílio, de onde só retornaria em 1979. Riani foi libertado da prisão somente em 1971. Dazinho ficou preso por dois anos e meio (Moraes, 2014).

Posteriormente, alguns deputados daquela época afirmaram que foram coagidos a votar dessa forma porque os militares queriam fazer da Assembleia de Minas um exemplo para as demais casas legislativas do País. Argumentaram que a pressão sobre eles era muito grande e haveria retaliações contra os parlamentares que não votassem pela cassação (Faria; Dulci, 2005). De qualquer maneira, o que essas cassações têm de espantoso – e o que fez delas um caso único no Brasil durante o regime militar – é que elas não ocorreram por iniciativa do governo federal, mas sim dos próprios deputados estaduais, muitos movidos pelo entusiasmo e pelo afã de agradar ao novo regime, outros pelo medo de desagradar.

## 6 – O autoritarismo avança e a oposição reage

No primeiro um ano e meio após o golpe civil-militar, havia a expectativa dos setores civis que apoiaram a deposição de Jango de que os militares ficariam pouco tempo no poder e de que haveria eleições diretas para presidente da República já em 1965. Esse, afinal, era o discurso do novo governo, como afirma Carlos Fico em artigo para a SBPC (Todas [...], 2024). Mas

a expectativa durou pouco. Em outubro de 1965, os militares baixaram o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que tornou indiretas as eleições para presidente da República e governador e extinguiu os partidos políticos. Era uma mostra clara de que eles não pretendiam deixar o poder tão cedo, ao contrário do que haviam afirmado antes (Todas […], 2024).

A Assembleia logo sentiu os efeitos do AI-2, com a cassação, em 5 de julho de 1966, do deputado Wilson Modesto, do PTB, muito próximo de Jango e grande defensor das reformas de base. Em documento de junho de 1964, os militares já defendiam sua cassação, lembrando que ele era compadre de João Goulart e acusando-o de ser responsável pelo movimento comunista em sua cidade, Santos Dumont (Processo [...], 2023). Wilson Modesto foi o primeiro deputado estadual de Minas cassado por um ato institucional, mas não seria o último.

No ano seguinte, tomaram posse na Assembleia 63 deputados da Arena, partido que apoiava os militares, e apenas 19 do MDB, partido de oposição, lembrando que, àquela altura, quatro deputados já haviam sido cassados na Casa. Os parlamentares do MDB discordavam entre si em alguns aspectos – como em relação ao apoio ao governador de Minas, Israel Pinheiro, por exemplo –, mas todos defendiam o reestabelecimento de eleições diretas para presidente da República e governador (Faria; Dulci, 2005).

Em 1968, o líder do MDB na Casa, deputado Sílvio Menicucci, fez um discurso contundente, condenando a repressão brutal das Forças Armadas e da polícia aos estudantes de todo o País que iam às ruas se manifestar politicamente, no que foi apoiado por um colega do MDB, deputado Sebastião Fabiano. Menicucci afirmou: "Nós todos somos pais desta juventude que está sendo violentamente agredida pela impiedosa polícia armada do governo fascista que se instalou nesta Nação" (Faria; Dulci, 2005, p.280). Sem surpresa, tanto Sílvio Menicucci quanto Sebastião Fabiano seriam cassados no ano seguinte, com o aprofundamento da repressão.

Os deputados Emílio Haddad Filho e Jorge Ferraz, ambos do MDB, criticavam duramente a forma como o Poder Legislativo vinha sendo tratado. O primeiro conclamou os colegas da oposição e, principalmente, os da bancada governista a agirem de forma a reverter o desgaste do Parlamento, visto como desnecessário, inútil e caro. O segundo falou diretamente ao então presidente da Assembleia, deputado Manoel Costa, da Arena, afirmando que o presidente da Casa já não tinha como garantir o mandato dos deputados, sempre ameaçados de cassação, uma vez que o regime que vigorava não era de fato democrático, mas sim uma ditadura influenciada por setores militares (Faria; Dulci, 2005).

Em 13 de dezembro de 1968, o governo baixou o mais autoritário e repressivo de todos os atos institucionais até então, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que vigoraria até 1978. O Congresso Nacional, que vinha sofrendo permanente ameaça de fechamento, foi fechado por tempo indeterminado e só seria reaberto cerca de 10 meses depois. Por meio do AI-5, o governo cassou o mandato de 110 deputados federais, 7 senadores e 161 deputados estaduais, além de 22 prefeitos e 22 vereadores (Há [...], 2025).

Os deputados estaduais cassados pelo AI-5 em Minas, dos quais dois eram inclusive da Arena, atuavam de forma combativa na Assembleia. Os primeiros a serem cassados, em 14 de março de 1969, foram Raul Belém e Aníbal Teixeira, do MDB, e Antônio Pereira de Almeida, da Arena. Nessa data, o suplente de deputado José Sette de Barros, do MDB, também foi cassado. Um mês depois, Matosinhos de Castro Pinto, da Arena, perdeu seu mandato. Em 17 de outubro, os já citados Sebastião Fabiano e Sílvio Menicucci, do MDB, também perderam seus mandatos (Castro, [2017]).

Ainda assim, havia aqueles que ousavam ocupar a tribuna para criticar o governo. Dalton Canabrava, do MDB, que viria a ser presidente da Casa em 1985, foi incansável nesse sentido. Em seus discursos, nos anos 1970, defendeu muitas vezes o respeito à Assembleia e denunciou a inércia da Casa, que ape-

nas tratava de temas irrelevantes, como concessão de títulos de cidadania honorária e aprovação de votos de pesar, congratulações e moções de aplausos (Faria; Dulci, 2005). O deputado também foi um forte crítico das propagandas ufanistas do governo militar, massivamente veiculadas para incutir na população um orgulho e um patriotismo baseados na ideia do Brasil grande, mas que ocultavam a pobreza, a desigualdade social e o desrespeito aos direitos políticos e civis da população.

Os deputados Carlos Cotta, Pedro Narciso, Tarcísio Delgado, Sérgio Olavo Costa, Genésio Bernardino, Milton Lima, Sebastião Mendes Barros, Neif Jabur, Cássio Gonçalves, José Luiz Baccarini e Luiz Ferraz Caldas foram outros que, na Assembleia dos anos 1970, "mesmo sob a ameaça de terem seus mandatos cassados [...] defendiam a democracia, a lisura nos processos eleitorais, a liberdade de imprensa e outros direitos do cidadão" (Faria; Dulci, 2005, p.304).

Genésio Bernardino, que também seria presidente da Assembleia posteriormente, em 1983 e 1984, fez, em 1º de abril de 1977, um discurso criticando fortemente o governo federal por fechar novamente o Congresso Nacional como punição aos parlamentares por não terem aprovado uma proposta de reforma do Poder Judiciário apresentada pelo Executivo. O deputado disse que o governo era incompetente e que havia colocado o Brasil em uma crise interminável. Segundo ele, o fechamento do Congresso era um fato grave, uma punição injusta e um "artifício para que o chefe do Poder Executivo se atribua a competência legislativa que a Nação não lhe deu" (Faria; Dulci, 2005, p.309).

Enfim, foram muitos os deputados da Assembleia que enfrentaram o regime, a despeito das perseguições e ameaças e do risco de cassação e suspensão de direitos políticos. E o risco era grande, afinal, uma vez que 173 parlamentares foram cassados no País nos 21 anos de governos militares (Oliveira, 2014). Havia ainda o temor pela própria vida e integridade física. O deputado federal Rubens Paiva, por exemplo, cassado em 1964, foi torturado e morto em 1971. E, na própria Assembleia de Minas, deputados foram presos, sofreram tortura e acabaram no exílio.

## 7 – A pressão sobre os presidentes da Casa

Durante os anos da ditadura, os presidentes da Assembleia, embora fossem todos da Arena e claramente alinhados ao regime, se viram obrigados a defender a Casa da interferência dos militares quando esta ultrapassava todos os limites imagináveis. Como retaliação, eram constantemente ameaçados com o fechamento da instituição que presidiam.

No ano de 1966, houve uma manifestação de estudantes contra o regime militar, no Centro de Belo Horizonte. Como foram duramente reprimidos e perseguidos pela polícia, eles buscaram abrigo na Assembleia, localizada então na Rua dos Tamoios. A polícia quis entrar no prédio em busca dos estudantes, mas o então presidente da Casa, deputado Bonifácio de Andrada, não permitiu. Essa atitude lhe custou uma reprimenda do então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) – órgão de espionagem da ditadura – em Minas Gerais, coronel Gilberto Pessoa.

> Os presidentes da Assembleia [...] eram frequentemente pressionados pelos agentes do governo federal com ameaças de cassação de mandatos parlamentares e de fechamento da Casa. Alguns deputados reagiam de forma heroica a essas ameaças e iam à tribuna para denunciá-las (Faria; Dulci, 2005, p.281).

Em maio de 1969, a 4ª Região Militar em Juiz de Fora enviou um relatório especial de informações ao Comandante do I Exército, tratando do Poder Legislativo Mineiro. O relatório conclui que a Assembleia deveria ser colocada em recesso por ser "inoperante", "politiqueira", "contrária aos ideais revolucionários" e "repleta de deputados subversivos e corruptos" (Carvalho, 2018). Ou seja, mesmo com as cassações e ameaças impostas aos parlamentares mineiros, o regime militar considerava que a Assembleia continuava não atendendo às suas expectativas. Os deputados da Arena também não escapavam das críticas.

> Politicamente, o governo revolucionário não está nela [a Assembleia] representado se considerarmos que a ARENA mineira nada mais representa que um aglomerado de ex-partidos políticos, sem vitalidade, sem orientação

> efetiva e sem um significado partidário da própria Revolução (Carvalho, 2018, p.93).

Sabemos que a Casa permaneceu aberta, mas a existência desse relatório mostra que seu fechamento foi debatido, cogitado e defendido de forma veemente pelos militares. E um acontecimento em particular é bem simbólico do desdém que eles nutriam pelo Parlamento: o deputado da Arena, Jésus Trindade, propôs a concessão do título de cidadão honorário de Minas Gerais ao presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, e a proposta foi aprovada por seus colegas. O general, entretanto, simplesmente se recusou a comparecer à Assembleia para receber a honraria. O deputado Expedito Tavares, que foi presidente da Casa em 1971 e 1972, afirmou:

> Os militares não gostavam do Poder Legislativo. Sempre que havia alguma solenidade na Assembleia, eu convidava todas as autoridades, inclusive os comandantes militares sediados em Belo Horizonte, mas eles não iam. Mandavam representantes de patentes inferiores. Eu percebia o descaso [...] (Faria; Dulci, 2005, p.297).

Expedito Tavares também contou, em depoimento a Faria e Dulci (2005), sobre as dificuldades que enfrentou. Disse que passou "muito aperto para evitar que a Assembleia de Minas fosse fechada" (Faria; Dulci, 2005, p.296) e que empreendeu grande esforço para driblar a cassação dos deputados mais combativos do MDB. Ele relatou que, como o SNI constantemente mandava pessoas à sua sala para solicitar os discursos de deputados, ele pedia às taquígrafas que lhe passassem os discursos logo depois de transcritos para que pudesse ler e cortar os trechos mais agressivos, antes de mandar publicar.

O presidente da Assembleia em 1975 e 1976, deputado João Ferraz, também passou por problemas com o regime, quando o general Antônio Bandeira de Mello era o comandante da 4ª Divisão de Exército em Belo Horizonte. Esse militar, inclusive, foi responsável, segundo a Comissão Nacional da Verdade, por crimes durante a ditadura, como chefiar sessões de tortura em 1972, quando era comandante da II Brigada de Infantaria, em

Brasília (Associação [...], 2015). Em Belo Horizonte, Bandeira de Mello exigiu que a Assembleia punisse o já citado deputado Dalton Canabrava, do MDB, por sua postura combativa na Casa, mas João Ferraz resistiu à pressão do militar, e Dalton Canabrava conservou seu mandato (João [...], [2010]).

Já o deputado Antônio Dias, presidente da Assembleia em 1977 e 1978, conta que alguns deputados protestaram publicamente contra a ação repressiva da Polícia Militar numa manifestação de estudantes em Belo Horizonte. Sentindo-se ofendido, o comandante-geral da PM, coronel Carlos Augusto da Costa, enviou a ele uma carta aberta, criticando o protesto dos deputados.

> De posse da carta, Antônio Dias devolveu-a ao governador [de Minas Gerais] Aureliano Chaves com o seguinte aviso: ´o Poder Legislativo de Minas Gerais não aceitará interferências, muito menos de um funcionário do Executivo´ (Faria; Dulci, 2005, p.315).

Esses relatos revelam que, no cenário daqueles anos, manter a Assembleia aberta foi tarefa complicadíssima. Por maior que fosse o alinhamento da Casa ao regime, parecia nunca ser suficiente, e os militares nunca estavam satisfeitos, querendo intervir cada vez mais na Assembleia a fim de torná-la uma instituição sem poder algum, sem nenhuma voz, completamente subserviente ao governo federal.

## 8 – O caso Jorge Defensor

A censura aos meios de comunicação começou a ser abrandada em meados de 1976, quando o então presidente Ernesto Geisel adotou uma estratégia política de distensão, que consistia em "abrir espaços institucionais e canais de diálogo com vozes seletivas e autorizadas, sem necessariamente abrandar a repressão à esquerda e aos movimentos sociais como um todo" (Instituto [...], [20--]).

Nesse contexto, em 2 de setembro de 1977, o jornal *Estado de Minas* corajosamente publicou uma reportagem impactante

que revelou a prática de tortura nos porões da Polícia Civil em Contagem, Minas Gerais. Jorge Defensor Vieira, um trabalhador sem antecedentes criminais, pai de quatro filhos, foi preso em Belo Horizonte de forma ilegal, em abril de 1977, acusado do furto de um rádio de pilha e de um par de sapatos.

Ele foi tão brutalmente espancado pelos policiais que quase morreu e, após se recuperar, ficou paraplégico. A reportagem que tornou esse acontecimento público foi a primeira de uma série que rendeu à equipe de jornalistas do *Estado de Minas* o importante Prêmio Esso (Drummond, 2022). A repercussão do caso foi imensa e imediatamente alcançou a Assembleia, onde deputados do MDB, que já vinham denunciando as arbitrariedades, violências e ilegalidades do regime, criaram uma comissão de sindicância para investigar a acusação de tortura contra Jorge Defensor.

Instituída na Assembleia em 30 de agosto de 1977, a comissão concluiu, em seu parecer, que as denúncias contra a polícia eram verdadeiras, já que, após sucessivas sessões de tortura, Jorge teve a coluna vertebral fraturada em três lugares, os nervos da perna esquerda destruídos, a bexiga estourada, o reto dilacerado (Drummond, 2022). Na sessão de 30 de agosto, o deputado Genésio Bernardino afirmou da tribuna da Assembleia: "Imaginávamos que quadros como esse só seriam possíveis nos campos de concentração nazistas" (Faria; Dulci, 2005, p.309).

Mas se, nos dias atuais, as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) geram poucos resultados efetivos, já era de se esperar que, em plena ditadura militar, a comissão de sindicância criada na Assembleia não tivesse efeito concreto. Ainda assim, a comissão não só considerou que as denúncias eram verdadeiras, como produziu um arquivo substancial sobre o assunto, com farta documentação da tortura cometida contra Jorge Defensor, por meio de numerosas fotografias, depoimentos, laudos hospitalares, etc (Minas Gerais, 1977).

## 9 – A luta pela anistia

Por mais que os militares tenham feito de tudo para aniquilar a oposição ao regime, eles nunca conseguiram calá-la. No final dos anos 1970, a resistência que pressionava pela democracia estava mais forte do que nunca, tanto na esfera da sociedade organizada, com destaque para o movimento operário, quanto no Parlamento, por meio da ação dos deputados e senadores do MDB.

Uma reivindicação específica tomou uma enorme proporção e pressionou fortemente o governo: a anistia aos presos e exilados políticos. A campanha pela anistia "foi um dos momentos mais significativos da luta pela democracia [...] fruto de uma frente política e social que mobilizou o conjunto dos movimentos sociais e dos setores da oposição" (Memorial [...], 201-).

A Assembleia de Minas tornou-se uma caixa de ressonância das lutas pela volta do Estado Democrático de Direito e, especialmente, pela anistia. Faria e Dulci (2005) afirmam que o Palácio da Inconfidência se transformou, em vários momentos, num palco para manifestações favoráveis à anistia política, e que os parlamentares da oposição se pronunciavam frequentemente sobre o tema.

O deputado Genésio Bernardino afirmou o seguinte:

> Fizemos a campanha [da anistia] [....] Consegui tirar muitos companheiros das prisões, muitos torturados, outros foragidos, escondidos nos mais longínquos recantos de Minas e desse País [...] Foi um negócio muito, muito sério. Só quem não participou dessa luta é que não sabe o que foi! (Faria; Dulci, 2005,p.329).

A lei da Anistia, aprovada em 1979, possibilitou o retorno de mais de 2 mil exilados ao País e, entre eles, estava o ex-deputado da Assembleia Sinval Bambirra, cassado em 1964, que viveu exilado durante 15 anos, no México e na Alemanha.

## 10 – Conclusão

A Assembleia de Minas, embora tenha sido alvo constante de coerção do governo federal e de governadores escolhidos pelos militares, nunca deixou de ser também um espaço de resistência à ditadura. É certo que houve alinhamento ao regime por parte de um grande número de deputados, inclusive com as famigeradas cassações ocorridas em 1964, mas sempre existiram vozes que se levantaram contra os desmandos e arbitrariedades e a favor da democracia.

Mesmo entre deputados que haviam apoiado o golpe civil-militar, um significativo número de parlamentares mostrou-se descontente com os rumos cada vez mais autoritários que o regime foi tomando e com a contínua diminuição dos poderes do Legislativo Estadual. Naquele contexto, a Assembleia ter resistido aberta é uma conquista a ser celebrada, pois a verdade é que os militares mal toleravam o Poder Legislativo.

Fica claro, também, o quanto o apoio ao golpe e ao regime militar por parte de um grande número de parlamentares foi incoerente e insensato. Afinal, a Assembleia, em seu papel de casa legislativa, tem como função básica representar os interesses da sociedade, tarefa que só é possível mediante duas condições: uma é que os cidadãos possam votar em eleições limpas e competitivas e se manifestar e se organizar politicamente de forma livre; a outra é que os parlamentares possam captar as demandas da população, elaborar as leis e normas jurídicas que regem a vida da sociedade e fiscalizar o governo estadual. Nenhuma dessas condições pôde ser cumprida de forma adequada no período da ditadura. Ao apoiar um golpe de Estado e a subversão da ordem democrática, o Legislativo Mineiro deu um tiro no próprio pé e pagou um alto preço.

Chamar a atenção para o caráter desastroso dessa escolha faz-se mais necessário do que nunca, diante da recente tentativa de golpe de Estado por parte do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, que contou com o respaldo de parte da alta cúpula militar e envolveu o planejamento do assassinato do presidente

da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Essa tentativa de subversão das regras do jogo democrático revela o quanto a democracia brasileira continua ameaçada e o quão perto estivemos de ver, novamente, as casas legislativas do País serem fechadas ou, no mínimo, sofrerem intervenção federal, terem seus parlamentares cassados e perderem sua autonomia e sua independência.

## Referências


ASSIS, Luiz Fernandes de. O que pensavam os parlamentares mineiros à véspera do Golpe de 1964? Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 149-175, jan./jun. 1998. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1371. Acesso em: 18 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Os responsáveis por crimes na ditadura, segundo a Comissão da Verdade. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://share.google/vKjyvGq42PKotCDJp. Acesso em: 3 out. 2025.

CARVALHO, Bernardo Rocha. Partidos políticos, representação parlamentar e o golpe de 1964 na Assembleia de Minas. 2018. 103 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7571. Acesso em: 14 out. 2025.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (coord.). Cassação de representantes políticos, aposentadorias e demissões de servidores públicos no âmbito de Minas Gerais. *In*: VALADARES, Carlos Antônio Melgaço *et al.* Relatório da Comissão da Verdade – Minas Gerais. Belo Horizonte: Covemg, 2017. Disponível em: https://share.google/VWRlt6TtlmwcwN6nO. Acesso em: 25 nov.2025.

CIPRIANI, Juliana. Como atuou a Assembleia Legislativa de Minas Gerais durante os anos de chumbo. Estado de Minas, Belo Horizonte, 9 mar. 2014. Política. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/golpe-militar-50-anos/2014/03/09/noticias-internas-golpe-militar-50-anos,511644/como-atuou-a-assembleia-legislativa-de-minas-gerais-durante-os-anos-de-chumbo.shtml Acesso em: 14 out. 2025.

COSTA, Gilberto. Há 60 anos, Jango fazia seu histórico comício na Central do Brasil. Agência Brasil, Brasília, 13 mar. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ha-60-anos-jango-fazia-seu-historico-comicio-na-central-do-brasil. Acesso em: 23 fev. 2026.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Elitismo, intolerância e discriminação: cassação de deputados operários de Minas Gerais (1964). Perspectivas, São Paulo, v. 34, jul./dez. 2008. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2232/1838. Acesso em: 10 out. 2025.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Tempo, Niterói, v. 14, n. 28, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/cHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/?format=html&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2026.

DRUMMOND, Ivan. O caso Jorge Defensor: o operário que escancarou os porões da tortura em MG. Estado de Minas, Belo Horizonte,11 jul. 2022. Gerais. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/07/11/interna_gerais,1379262/o-caso-jorge-defensor-o-operario-que-escancarou-os-poroes-da-tortura-em-mg.shtml. Acesso em: 2 out. 2025.

DULCI, Otávio. A UDN e o antipopulismo no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1986.

FARIA, Maria Auxiliadora de; DULCI, Otávio. Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo Mineiro. 1. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005.

FERREIRA, Ivanir. Como a imprensa contribuiu para incutir medo do comunismo na população brasileira. Jornal da USP, São Paulo, 13 dez. 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/como-a-imprensa-contribuiu-para-incutir-medo-do-comunismo-na-populacao-brasileira/. Acesso em: 25 out. 2025.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GONÇALVES JÚNIOR, Valter. 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. Agência Senado, Brasília, 25 mar. 2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/

materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado. Acesso em: 23 fev. 2026.

HÁ 57 anos, o AI-5 fechou o Congresso e abriu os anos de chumbo. Congresso em Foco, [Brasília], 13 dez. 2025. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/114858/ha-57-anos-o-ai-5-fechou-o-congresso-e-abriu-os-anos-de-chumbo. Acesso em: 23 fev. 2026.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Abertura lenta e repressão contínua. Memórias da Ditadura, São Paulo, [20--]. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/abertura-lenta-e-repressao-continua/. Acesso em: 2 out. 2025.

JOÃO de Araújo Ferraz. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [São Francisco, Califórnia: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_de_Ara%C3%Bajo_Ferraz#Refer%C3%AAncias. Acesso em: 25 set. 2025.

LEVENTHAL, Hadass; GUIMARÃES, Nino. Julgamento de tentativa de golpe acaba com 19 militares condenados. Poder 360, Brasília, 16 dez. 2025. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-justica/julgamento-de-tentativa-de-golpe-acaba-com-19-militares-condenados/. Acesso em: 20 fev. 2026.

MADEIRO, Carlos. Brasil esteve à beira do comunismo nos anos 1960? História não mostra isso. UOL, Maceió, 1 out. 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/01/brasil-esteve-a-beira-do-comunismo-nos-anos-1960-historia-nao-mostra-isso.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Uma grande vitória da democracia: a luta pela anistia (1975-1979). [São Paulo: Instituto Lula, 201-]. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/anistia. Acesso em: 28 nov. 2025.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Comissão de sindicância para apurar denúncias de tortura e violência por parte da Polícia Civil do Estado contra o operário Jorge Defensor Vieira. Belo Horizonte, 1977. Dossiê da comissão de sindicância – Fundo Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Seção Fiscalização e Acompanhamento de Políticas Públicas, Subseção Atividades de Comissão de Sindicância, Série Funcionamento, pasta 2 (COMIS-039).

____. Assembleia Legislativa. Documentação original do processo de cassação de deputados em abril de 1964. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 8, n. 13, p. 178-219, jan./dez. 2005. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1122. Acesso em: 24 set. 2025.

MORAES, Elaine. Da página infeliz à escrita de uma nova história. Notícias da ALMG, Belo Horizonte, 27 mar. 2014. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2014/03/19_materia_especial_50_anos_golpe_militar_deputados_cassados.html. Acesso em: 19 out. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Brasil não estava à beira do comunismo, diz historiador. Entrevista cedida a Thiago Domenici. Agência Pública, São Paulo, 1 abr. 2019. Disponível em: https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/. Acesso em: 23 fev. 2026.

OLIVEIRA, Karla Alessandra Silva e. Deputados cassados pela ditadura são homenageados na Câmara. Agência Câmara de Notícias, Brasília, 10 abr. 2014. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/431150-deputados-cassados-pela-ditadura-sao-homenageados-na-camara/. Acesso em: 25 fev. 2026.

PATRUS, Rafael Dilly. O argumento da legalidade e o golpe de 1964. Acervo, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, set./dez. 2024. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2248/2157#:~:text=O%20argumento%20da%20legalidade%20%C3%A9,da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20das%20leis. Acesso em: 20 out. 2026.

PROCESSO de cassação de Wilson Modesto Ribeiro, deputado estadual em Minas Gerais. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2023. Disponível em: https://acervo.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Wilson-Modesto-Ribeiro.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

TODAS as crises institucionais desde a República tiveram presença militar, afirma pesquisador. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), São Paulo, 3 abr. 2024. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/todas-as-crises-institucionais-desde-a-republica-tiveram-presenca-militar-afirma-pesquisador/. Acesso em: 23 fev. 2026.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. Varia História, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/PzdRcXh8sFjzDkzL9kBsdqr/?lang=pt. Acesso em: 23 fev. 2026.

Recebido em: 9/12/2025
Aprovado em: 15/1/2026